



África do Sul adere ao BRIC

Por iniciativa da China, a África do Sul foi convidada a aderir aos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Apesar da economia sul-africana ser bem mais pequena que a dos outros membros, a sua adesão a esta estrutura representa uma vitória política de Pretória pois é o reconhecimento do país como líder regional e um dos candidatos à liderança continental. Com a adesão da África do Sul, o bloco passará a ser chamado de BRICS. Na reunião de Abril, na China, a África do Sul já estará presente. [Pag 2](#)

Cimeira da União Africana

A XVI Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana realizou-se em Janeiro Decorreu entre 25 e 31 de Janeiro na sede da organização em Addis Abeba e teve como tema central "Rumo a uma Maior Unidade e Integração Através de Valores Comuns". [Pag 3/4](#)

Eleições Legislativas em Cabo Verde

As eleições legislativas em Cabo Verde, que elegeram os novos 72 deputados à Assembleia Nacional, realizaram-se a 6 de Fevereiro. De acordo com a lei eleitoral o Presidente da República, Pedro Pires tinha de 27 de Janeiro a 27 de Março para marcar a data das eleições. [Pag 5/6](#)

O 54º Estado em África

Os resultados do referendo sobre a autodeterminação do sul do Sudão foram anunciados num local simbólico para a luta os rebeldes do sul, o mausoléu de John Garang, líder histórico dos rebeldes que morreu num acidente de helicóptero em Julho 2005. Os resultados deram uma vitória a favor da separação do Norte. Com este resultado abriu-se o caminho para o nascimento de um novo país: o 54.º no Continente Africano. [Pag 6](#)

A Crise na Líbia

Depois da instabilidade na Tunísia e no Egito que levou à queda dos respectivos Presidentes, Ben Ali e Hosni Mubarak, foi a vez do regime Líbio de Muammar Khadafi ser atingido. Ao contrário dos outros dois, em que o regime apenas esboçou uma tentativa de controlar militarmente a situação, na Líbia as forças leais ao regime decidiram utilizar todos os meios para manter o poder. Esta situação fez com que fosse utilizados armamento pesado para atacar os manifestantes em diversas cidades líbias, com destaque para Trípoli. [Pag 7](#)

Doadores retiram-se de Angola

O Governo britânico vai deixar de financiar projectos de cooperação em Angola e outros 15 países para se focar noutros 27 Estados, entre os quais Moçambique, mais frágeis ou em conflito. O objectivo, justificou no Parlamento o Ministro para o Desenvolvimento Internacional, Andrew Mitchell, é o de concentrar esforços nos países onde há garantias de que o dinheiro é mais bem gasto. [Pag 8/9](#)

Missão Angolana chega a Bissau

Angola tem vindo a assumir um papel cada vez mais interventivo na Guiné-Bissau. Esta decisão de Luanda prende-se com os seus objectivos de política externa, os quais, e uma vez consolidada a situação interna, pretendem expandir o seu poder para diversas áreas de influência, nomeadamente a África Austral e os Países africanos lusófonos. É nesse sentido que deve ser entendida a sua política em relação à Guiné-Bissau. [Pag 9/10/11](#)

Cimeira da CEDEAO

Durante a 39.ª Cimeira da Comunidade de Desenvolvimento Económico da África Ocidental (CEDEAO), que decorreu a 23 e 24 de Março em Abuja (Nigéria), Cabo Verde desenvolveu uma série de esforços diplomáticos com o objectivo de assumir a presidência desta organização. [Pag 11/12](#)



África do Sul adere ao BRIC

Por iniciativa da China, a África do Sul foi convidada aderir aos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Apesar da economia sul-africana ser bem mais pequena que a dos outros membros, a sua adesão a esta estrutura representa uma vitória política de Pretória pois é o reconhecimento do país como líder regional e um dos candidatos à liderança continental. Com a adesão da África do Sul, o bloco passará a ser chamado de BRICS. Na reunião de Abril, na China, a África do Sul já estará presente.

O termo BRIC foi utilizado pela primeira vez pelos analistas do Banco Goldman Sachs em 2001, para denominar os países em desenvolvimento cujas economias somadas superariam, em 2050, as economias dos países desenvolvidos.

Os membros dos BRIC caracterizam-se por:

1. Economia estabilizada recentemente;
2. Situação política estável;
3. Mão-de-obra em grande quantidade e em processo de qualificação;
4. Níveis de produção e exportação em crescimento;
5. Boas reservas de recursos minerais;
6. Investimentos em sectores de infra-estrutura (estradas, ferrovias, portos, aeroportos, fábricas hidroeléctricas, etc);
7. PIB (Produto Interno Bruto) em crescimento;
8. Índices sociais em processo de melhorias;
9. Diminuição, embora lenta, das desigualdades sociais;
10. Rápido acesso da população aos sistemas de comunicação como, por exemplo, rede móvel e Internet (inclusão digital);
11. Mercados de capitais (Bolsas de Valores) recebendo grandes investimentos estrangeiros;
12. Investimentos de empresas estrangeiras nos diversos sectores da economia

Durante muito tempo, o BRIC foi só mais uma sigla no jargão dos economistas representando pouco na prática, mas em 2006 os países do grupo, representados pelos seus Ministros dos Negócios Estrangeiros, realizaram uma série de encontros e deram passos no sentido de formar um bloco politicamente actuante. A primeira reunião dos BRIC realizou-se em 2009, na cidade de Ekaterinburgo, na Rússia. No ano passado, em Maio, os Chefes de Estado do BRIC se reuniram em Brasília.

Com um produto interno bruto de 286 mil milhões de USD, a economia sul-africana fica bem atrás dos seus novos parceiros, o Brasil 2 trilhões de USD, a Índia 2 trilhões de USD, a Rússia com 1,6 trilhão de USD (US\$ 1,6 trilhão) e a China com 5,5 trilhões de USD. Além disso, os 50 milhões de habitantes da África do Sul parecem insignificantes ao lado dos 1,3 mil milhões da China e 1,2 mil milhões da Índia.

O interesse da adesão da África do Sul para os outros parceiros dos BRIC prende-se com o facto deste país africano ser uma boa porta de entrada para a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), contando com cerca de 250 milhões de consumidores, e para o mercado africano na sua totalidade, cujas projecções indicam um forte crescimento populacional nas próximas duas décadas. Por outro lado, a região da África Austral representa um mercado de abastecimento de diversas matérias-primas, tão necessárias ao desenvolvimento, nomeadamente, da China e da Índia.

A adesão da África do Sul também representa uma faceta da política externa chinesa, a qual pretende criar um eixo no Sul e aumentar assim o seu peso na reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial para reflectir a crescente importância das potências emergentes.





Cimeira da União Africana

■ Luís Castelo Branco

A XVI Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana realizou-se em Janeiro. Decorreu entre 25 e 31 de Janeiro na sede da organização em Addis Abeba e teve como tema central “Rumo a uma Maior Unidade e Integração Através de Valores Comuns”.

Após a cerimónia de abertura, presidida pelo Chefe de Estado do Malawi, Bingu wa Mutharika, na qualidade de Presidente em exercício da organização, intervieram o Presidente da Comissão da União Africana, Jean Ping, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, e o Secretário-Geral da Liga Árabe, Amr Moussa. Discursam igualmente na cerimónia o Presidente da Autoridade Nacional Palestiniana, Mahmud Abbas, o Presidente da Assembleia-Geral das Nações Unidas, Joseph Deiss, e o Presidente de França, Nicolas Sarkozy, na qualidade de convidado de honra.

Um dos objectivos desta Cimeira foi o de criar um código de conduta entre as nações africanas, que seja partilhado e com valores transversais a todos os países, o qual permita contribuir para o desenvolvimento do Continente Africano.

Na Cimeira foi apresentado um relatório da reunião de peritos sobre o código de conduta, o qual referiu que as acções de política futura sobre os valores comuns da União Africana devem centrar-se na aceleração da integração continental através do reforço da convergência das políticas e dos programas no domínio da democracia e governação e o reforço da arquitectura africana de governação, como um mecanismo institucional para harmonizar e facilitar a convergência das políticas entre os níveis nacional, regional e continental.

Após a adopção da declaração sobre os valores comuns, os Chefes de Estado aprovaram o orçamento da União Africana para este ano e elegeram os membros do Conselho Consultivo sobre Corrupção e um membro do Comité Africano dos Direitos e Bem-Estar da Criança.

A Cimeira analisou os relatórios do Conselho de Paz e Segurança sobre as suas actividades e a situação da paz e segurança em África, onde esteve em destaque a crise na Costa do Marfim, o referendo realizado no Sudão e a situação na Somália.

Em relação à crise na Costa do Marfim, a posição do Conselho de Paz e Segurança da organização decidiu criar um painel de cinco Chefes de Estado, sendo um de cada sub-região, para encontrar uma solu-

ção pacífica para o conflito, pondo, no entanto, de parte qualquer referência ao uso da força.

Esta situação não foi pacífica no seio da União Africana, uma vez que nem todos os países estavam de acordo com a condenação do Presidente Laurent Gbagbo e no apoio ao vencedor das últimas eleições, Alassane Ouattara.

Durante a Cimeira, a Guiné-Equatorial foi eleita, para suceder ao Malawi na presidência rotativa da União Africana. Teodoro Obiang Nguema substituiu o Chefe de Estado malawiano, Bingu wa Mutharika, no cumprimento do princípio da rotatividade estabelecido na organização continental. Obiang Nguema, 68 anos, é Presidente da Guiné-Equatorial desde o golpe de Estado de 1979 e foi eleito para um mandato de um ano na presidência da União Africana. O seu percurso político, marcado por violência contra os seus opositores, não deixou de levantar algum mal estar.

A XVI cimeira da União Africana, que decorreu durante dois dias em Addis Abeba, terminou ontem com a adopção de vários instrumentos que vão guiar o trabalho dos países membros no sentido de maior unidade do continente.

Uma das decisões mais importantes saídas da cimeira foi a criação do painel de cinco chefes de Estado que vai trabalhar, no período de um mês, para apresentar propostas de solução para a crise na Costa do Marfim. O painel, que é presidido pelo presidente da Mauritânia, na qualidade de Presidente do Conselho de Paz e Segurança, é integrada ainda pelos presidentes da África do Sul, Tanzânia, Burkina Faso e Chade.

O painel reuniu-se ontem para definir o plano de acção. No discurso de encerramento, o Presidente em exercício da União Africana, Obiang Nguema, assumiu o compromisso de continuar os desafios no combate à fome e fortalecer a capacidade das instituições. Os participantes na cimeira sugeriram a realização de uma conferência dos jovens para adoptarem a sua estratégia de integração.

O ano de 2011 vai ser especialmente importante para África, devido, por um lado, aos acontecimentos no norte de África, que poderão produzir profundas alterações no cenário político destes países e também porque duas dezenas de países africanos escolhem novas lideranças ao longo do presente ano.



Em 1980, havia apenas duas democracias no Continente Africano, quando actualmente são mais de 40 os países com eleições regulares e multipartidárias. A República Centro-Africana escolheu o Parlamento e o Presidente no final de Janeiro. O independente François Bozize, que ascendeu ao poder através de um golpe de Estado em 2003 e foi eleito em 2005, foi um dos candidatos presidenciais, tal como o antigo presidente Ange-Félix Patassé, do partido MLPC.

O Níger teve eleições presidenciais no final de Janeiro, para restabelecer o regime civil depois do golpe militar de Fevereiro de 2010. O líder histórico da oposição no Níger, Mahamadou Issoufou, venceu a segunda volta das eleições presidenciais no país com 58 % dos votos. Issoufou superou o ex-Primeiro-Ministro Seini Oumarou.

No início de Fevereiro, Cabo Verde escolheu o seu novo governo. O actual primeiro-ministro, José Neves, do PAIGC, concorreu contra o MpD, liderado por Carlos Veiga, Primeiro-Ministro entre 1991 e 2001. O PAICV, embora perdendo alguns deputados, renovou a maioria absoluta e José Maria das Neves manteve-se como Primeiro-Ministro do país.

No Benim realizaram-se eleições presidenciais a 13 de Março, as quais foram ganhas, logo à primeira volta, pelo independente e actual Chefe de Estado, Boni Yayi. Yayi obteve 53% dos votos contra 35% do seu principal adversário, Adrien Houngbedji.

Em Abril, realizam-se eleições presidenciais no Djibuti. O actual Presidente Ismael Guelleh, do partido socialista RPP, foi o único candidato às presidenciais de 2005.

Ainda em Abril, a Nigéria elegerá novo Presidente. O candidato Nuhu Ribadu, do partido liberal ACN da oposição, já pediu ao Presidente Goodluck Jonathan, do partido conservador PDP, que garanta a integridade dos eleitores. Em Maio será a vez de o Chade realizar presidenciais.

No Zimbabué, as eleições parlamentares são esperadas para meados de 2011. Há dois anos, o Presidente Robert Mugabe, da ZANU-PF, e o actual Primeiro-Ministro Morgan Tsvangirai, do MDC, foram forçados a formar um governo de coligação.

No segundo semestre de 2011, haverá eleições presidenciais na Tunísia, depois da fuga do presidente Ben Ali. Madagáscar, que passou por uma tentativa de golpe de Estado no final de 2010, também terá eleições. O actual Presidente, Andry Rajoelina, já modificou a constituição para poder concorrer.

No Egipto, após a queda de Hosni Mubarak, realizar-se-ão eleições presidenciais e legislativas. Antes destas eleições, realizou-se em Março um referendo sobre a reforma constitucional egípcia, consequência da queda do ex-presidente do país, e a subida ao poder da junta militar provisória. Neste referendo o "sim" obteve uma esmagadora vitória com 77% dos votos. A campanha do "sim" contou com o apoio quer da Irmandade Muçulmana e quer dos herdeiros do PND (Partido Nacional Democrático), do ex-presidente Mubarak. Os reformistas defendiam o "não", exigindo uma revisão completa da Constituição.

Para as eleições presidenciais, vários têm sido os nomes propostos para se candidatarem, destacando-se o ex-líder da Agência Internacional de Energia Atómica, Mohamed El-Baradei, e Amr Moussa, de 74 anos, que foi Ministro dos Negócios Estrangeiros de Mubarak, entre 1991 e 2001, e é actualmente Secretário-Geral da Liga Árabe.

A Libéria também realizará presidenciais no segundo semestre. A Presidente Ellen Sirleaf concorre à reeleição. Ainda a Gâmbia terá novo Presidente em 2011. Yahya Jammeh, que chegou ao poder em 1994 depois de um golpe de Estado, não concorrerá ao quarto mandato. No final do ano, a República Democrática do Congo e os Camarões escolherão um novo Presidente e a Mauritânia realizará eleições parlamentares.



Eleições Legislativas em Cabo Verde

As eleições legislativas em Cabo Verde, que elegeram os novos 72 deputados à Assembleia Nacional, realizaram-se a 6 de Fevereiro. De acordo com a lei eleitoral o Presidente da República, Pedro Pires tinha de 27 de Janeiro a 27 de Março para marcar a data das eleições.

O Chefe de Estado cabo-verdiano explicou que a decisão de marcar as eleições para esta data prendeu-se com as incertezas provocadas pela crise económico-financeira que atinge os EUA e a Europa, designadamente os países que possuem relações de cooperação privilegiadas com Cabo Verde. Segundo o Presidente cabo-verdiano, a economia cabo-verdiana é sensível a comportamentos externos, pelo que é necessário diminuir as margens de incerteza na administração e afastar os riscos previsíveis. Pedro Pires explicou ainda que, devido à situação económica internacional, foi necessário afastar qualquer situação que prolongasse demasiado o estado psicológico característico de um país em campanha eleitoral, que pudesse gerar incertezas acrescidas e engendrasses maiores ansiedades na sociedade.

De acordo com as autoridades cabo-verdianas, o total de eleitores recenseados para as eleições legislativas de 2011 ascendeu a 309.617, menos 4,5% do que o universo eleitoral de 2005.

De acordo com o Ministro da Administração Interna de Cabo Verde, Lívio Lopes, do total de recenseados, 271.972 eleitores foram inscritos no território nacional e os restantes no estrangeiro, o que lhes permitiu votar nas legislativas de 6 de Fevereiro de 2011 e que lhes vai permitir votar nas presidenciais, que se realizarão em Setembro. Nos cadernos eleitorais anteriores, datados de 2005, estavam registados cerca de 272 mil eleitores no território nacional e 52 mil na diáspora.

Lívio Lopes explicou a diferença em relação aos cadernos actuais com o facto de o recenseamento ter sido feito com mais rigor, o que permitiu resolver muitas das situações irregulares.

Em relação ao território cabo-verdiano, e comparativamente a 2005, o número de eleitores também diminuiu, embora muito ligeiramente, tendo descido dos cerca de 272.000 para 271.972.

Na diáspora, a comunidade cabo-verdiana residente em Portugal representa a maioria dos recenseados (12.614), seguida pelas es-

palhadas pelos EUA (7.700), França (3.987), Itália (2.337), Holanda (1.268) e Espanha (1.236). Na Bélgica e no Reino Unido, onde o recenseamento decorreu apenas durante uma semana, foram recenseados 116 e 70 eleitores.

No Continente Africano, São Tomé e Príncipe foi o que mais cabo-verdianos recenseou, um total de 2.192 inscritos, ligeiramente acima do que em Angola (2.178), seguindo-se o Senegal (1.125), Moçambique (106) e Guiné-Bissau (308).

Comissão Nacional de Eleições (CNE) cabo-verdiana divulgou os resultados finais oficiais das legislativas, confirmando a vitória do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), que renovou a maioria absoluta alcançada em 2006.



Os resultados oficiais das legislativas foram os seguintes¹:

Número de votos expressos: 226.942 (76,02%)

Abstenção: 71.625 (23,98%)

Votos brancos: 1.248 (0,54%)

Votos nulos: 1.742 (0,76%)

Resultados por partido, percentagem e deputados eleitos:

- **PAICV:** 117.967 votos (51,98%) – 38 deputados
- **MpD:** 94.674 votos (41,71%) – 32 deputados
- **UCID:** 9.842 votos (4,33%) – 2 deputados
- **PTS:** 1.040 votos (0,45%) – sem deputados
- **PSD:** 429 votos (0,18%) – sem deputados.

No País, o PAICV ganhou em Santo Antão (48,7% contra 45,4% do MpD, repartindo-se o número de deputados eleitos – dois para cada um dos dois partidos); em S. Vicente (44% do PAICV, 5 deputados, contra 33,9% do MpD, 4 deputados, e 18,7 da UCID, 2 deputados);

Notas:

¹ Os resultados oficiais das legislativas foram os seguintes - www.cne.cv/



Boavista (53,4% para o PAICV, 46,2 para o MpD, um deputado para cada um destes partidos); Fogo (62,3% PAICV, 3 deputados, 35,5% MpD, 2 deputados); Brava (49,6% PAICV, 46,1 MpD – 1 deputado cada um). O PAICV venceu igualmente em Santiago Norte e Sul.

Por seu turno, o MpD ganhou nas ilhas de S. Nicolau (50,3% contra 43,5% do PAICV, elegendo cada um destes partidos, 1 deputado); Sal (46,7%, 2 deputados, contra 45,9% do PAICV, 1 deputado); e Maio (58,4% contra 40,3%, 1 deputado para cada lado).

Quanto à diáspora, a vitória coube ao PAICV, embora tenha eleito 3 deputados tal como o MpD. A luta mais renhida foi no círculo eleitoral da Europa/resto do mundo onde o PAICV obteve 5.743 votos e o MpD 5.272 votos.

Acelerar o ritmo de crescimento do país, gerar milhares de postos de trabalho, fixar o salário mínimo, institucionalizar o 13º mês são algumas das promessas que o PAICV se propõe cumprir, renovada a sua maioria no Parlamento.

A 14 de Março os 72 deputados à nova Assembleia Nacional de Cabo Verde, foram empossados para cumprirem um mandato de cinco anos, correspondente à VIII Legislatura.

O 54.º Estado de África

Os resultados do referendo sobre a autodeterminação do sul do Sudão foram anunciados num local simbólico para a luta os rebeldes do sul, o mausoléu de John Garang, líder histórico dos rebeldes que morreu num acidente de helicóptero em Julho 2005. Os resultados deram uma vitória a favor da separação do Norte. Com este resultado abriu-se o caminho para o nascimento de um novo país: o 54.º no Continente Africano.

No Sul do Sudão, a independência obteve 99,57% dos votos. No estrangeiro esta opção recolheu 99% e no Norte 58%. Num total de 3 851 994 boletins de voto depositados no Sul, apenas 16 129 foram

pela manutenção da unidade daquele que é o maior país do Continente Africano.

No Norte do país, o Presidente Omar al-Bashir já deu a entender que respeitará a decisão dos sul-sudaneses a favor da sua independência, prometendo que irá desenvolver relações amigáveis com o novo país. Este referendo sobre a autodeterminação foi possível devido ao acordo de paz de Janeiro de 2005 – seis meses antes da morte de Garang. Na sequência desse entendimento, o líder do Movimento de Libertação Popular do Sudão (SPLM) passou a ser Vice-Presidente do Sudão e Presidente da parte sul. As receitas do petróleo têm sido, desde então, divididas 50-50, entre o Norte muçulmano e o Sul cristão.

Apesar de ser uma decisão consensual, a separação poderá levantar problemas a nível regional e continental, onde existem diversas pretensões independentistas. Passada a fase da euforia, resta saber como é que a separação irá acontecer, uma vez que há várias questões por resolver, desde a demarcação da fronteira à partilha das receitas do petróleo que é produzido no sul, mas que é exportado através de um oleoduto que passa pelo Norte.

O processo sudanês faz recordar a separação entre a Etiópia e a Eritreia. Quando a Eritreia se tornou independente da Etiópia, o processo foi feito de modo pacífico através de mútuo acordo. Os movimentos que assumiram o poder nos dois países estavam ligados por laços de amizade e por anos de luta comum contra um inimigo comum. No entanto, poucos anos depois, ambos os países começaram a ter sérias divergências sobre as fronteiras, ao ponto de, a 6 de Maio de 1998, as tropas da Eritreia ocuparam e anexaram a região de Badme. Isto levou a pequenos confrontos que foram usados pela Eritreia para acusar a Etiópia pelos assassinatos de vários oficiais e invadiu o seu vizinho com um grande número de forças. A guerra prolongou-se por dois anos e provocou milhares de mortos.



A Crise na Líbia

Depois da instabilidade na Tunísia e no Egito que levou à queda dos respectivos Presidentes, Ben Ali e Hosni Mubarak, foi a vez do regime líbio de Muammar Khadafi ser atingido. Ao contrário dos outros dois, em que o regime apenas esboçou uma tentativa de controlar militarmente a situação, na Líbia as forças leais ao regime decidiram utilizar todos os meios para manter o poder. Esta situação fez com que fosse utilizados armamento pesado para atacar os manifestantes em diversas cidades líbias, com destaque para Trípoli.

O conflito líbio fez renascer as tradicionais rivalidades nacionais, com parte do país a ser rapidamente dominado pelos rebeldes. As cidades da Líbia oriental, como Benghazi – o embrião dos protestos – e Tobruk, foram as primeiras a fugir ao controlo de Khadafi. O líder líbio ficou entrincheirado em Trípoli, a capital, prometendo lutar até ao fim apoiado nas suas forças de elite e em mercenários. A decisão de Khadafi resistir, indicia que se poderá registar uma guerra civil prolongada. Apesar de várias unidades militares terem aderido aos protestos, o regime mostrou mão pesada para todos aqueles que não se mostraram fiéis ao regime, tendo sido, por exemplo, fuzilados, alguns pilotos que se recusaram bombardear zonas urbanas controladas pelos revoltosos.

Após um período de surpresa inicial, as forças de Khadafi reagiram e passaram ao ataque recuperando grande parte do país. Esta recuperação foi feita com recurso a armamento militar à disposição das forças leais ao Presidente, nomeadamente a força aérea, utilizada para bombardear zonas afectas aos rebeldes e que provocaram inúmeras vítimas civis. A esperança dos rebeldes residia num eventual apoio da Comunidade Internacional, o qual demorou a acontecer visto que muitos países só decidiram intervir a partir do momento que obtiveram um mandato internacional da ONU. A decisão de recorrer a “todas as medidas necessárias” – expressão que significa acção militar – foi aprovada por dez votos a favor, e cinco abstenções (Rússia, China, Alemanha, Brasil e Índia). Portugal esteve entre os dez membros a votar favoravelmente a resolução. Após obterem o mandato da ONU, foi lançada, a 19 de Março, a operação “Odisseia Amanhecer”.

A coligação internacional foi liderada pelos EUA, França e Reino Unido, incluindo também meios operacionais de diversos países, com a Itália, Canadá, Espanha, Bélgica e Dinamarca. O objectivo destes ataques era o de neutralizar a força aérea líbia e cessar os ataques desta contra Benghazi, o bastião da rebelião.

Os acontecimentos na Líbia agitaram não só o mundo árabe como todo o mundo. A Líbia foi o primeiro país exportador de petróleo importante a ser atingido pela turbulência política no norte da África e no Oriente Médio, o que provocou um aumento do preço do crude com inevitáveis consequências nas economias mundiais a recuperar da recente crise. O agravamento da violência na Líbia fez com que várias companhias estrangeiras produtoras de petróleo suspendessem as operações no país.

Apesar de produzir apenas 2% do petróleo consumido no mundo, a Líbia tem a maior reserva do Continente Africano. E há o receio de que as tensões no Oriente Médio cheguem à Arábia Saudita, que tem a maior reserva de petróleo do mundo. Juntos, os países árabes e o Irão produzem quase 29% de todo o petróleo consumido mundialmente. Nessa área, estão concentradas quase 60% das reservas mundiais.

A crise líbia também introduz mais incertezas do que as anteriormente registadas na Tunísia e no Egito, porque não há uma clarificação de quem são os líderes desta revolta, que poderiam indicar o futuro político do país, nem como será governada a Líbia num cenário pós-Khadafi.

Líderes dos protestos na Líbia criaram em finais de Fevereiro um Conselho Nacional de transição, denominado Coaligação Revolucionária do 17 de Fevereiro nas cidades nas quais forças antirregime controlavam a situação..





Doadores retiram-se de Angola

O Governo britânico vai deixar de financiar projectos de cooperação em Angola e outros 15 países para se focar noutros 27 Estados, entre os quais Moçambique, mais frágeis ou em conflito. O objectivo, justificou no Parlamento o Ministro para o Desenvolvimento Internacional, Andrew Mitchell, é o de concentrar esforços nos países onde há garantias de que o dinheiro é mais bem gasto.

Mitchell admitiu que esta é uma perspectiva radicalmente diferente sobre a cooperação, motivada pela crise internacional que obriga o governo britânico a tornar-se mais exigente no controlo dos apoios que concede de modo a poder explicar melhor aos seus cidadãos como gasta o seu dinheiro.

Por outro lado, o Governo britânico defende que existem países onde a ajuda britânica já não é necessária, enquanto que essa mesma ajuda noutros locais pode transformar a vida de milhões de pessoas por todo o mundo.

As prioridades da cooperação britânica serão o combate à mortalidade infantil e durante a gravidez, a promoção da escolaridade infantil, a vacinação de crianças, a realização de eleições justas e livres, o planeamento familiar e a purificação de água.

Entre os países que vão deixar de financiar programas estão Angola, Iraque, China, Sérvia ou Vietname, mas será mantida ou aumentada a ajuda em Moçambique, Afeganistão, Territórios Ocupados da Palestina, Zimbabué, Índia, Etiópia e Bangladesh.

Esta estratégia é independente da resposta que possa vir a ser dada em situações de desastres humanitários, provocados por fenómenos naturais ou originados por conflitos, como é o caso da Líbia, para cujas fronteiras com a Tunísia e Egipto o Governo britânico enviou tendas e cobertores e também equipas técnicas.

A cooperação internacional foi uma das áreas que o Governo prometeu proteger dos cortes para reduzir o défice, estimando que os montantes envolvidos irão aumentar de 7 mil milhões de libras (8,2 mil milhões de euros) para 11 mil milhões de libras (13 mil milhões de euros) em 2015.

Para além do Reino Unido também a Suécia anunciou que irá diminuir a sua presença em Angola, começando por fechar, em 2011, a sua embaixada em Luanda.

Em Dezembro de 2010, a Suécia, no âmbito de uma política de contenção de custos, já tinha anunciado que iria encerrar a sua embaixada em Luanda ao longo de 2011. A Suécia foi, durante muitos anos um dos principais doadores da cooperação para o desenvolvimento de Angola. Desde o Agência Sueca Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA) abriu a sua representação em Luanda, em 1977, foi um importante apoio de muitos sectores da sociedade angolana, como as pescas, saúde materna e infantil, infra-estrutura energia, telecomunicações, direitos humanos e democracia. A decisão de fechar a sua embaixada, não tem a ver com avaliações negativas da realidade angolana, mas prende-se mais com a decisão de concentrar os seus esforços em determinados países que carecem de mais apoio internacional.

Ao mesmo tempo que se registam estes movimentos de saída de Angola de vários doadores tradicionais, há outros países que têm reforçado a sua presença, nomeadamente oriundos do Continente Asiático. Depois da China e da Índia, é agora a vez de Angola apostar em países como o Japão, Malásia e Singapura, países que pretendem reforçar a sua presença no continente africano, nomeadamente em países produtores de matérias-primas.

Nesse sentido, os governos angolano e japonês, assinaram em Fevereiro, em Tóquio, um Acordo Geral de Cooperação e um Memorando de Entendimento sobre consultas políticas.

Os acordos foram assinados pelo Ministro angolano das Relações Exteriores, Georges Chikoty, e o seu homólogo japonês, Meiji Maehara, no âmbito de uma visita oficial de dois dias que o ministro angolano fez ao Japão.

Durante a sua estadia no país, que se inseriu numa digressão à Ásia, iniciado na Índia e que terminou em Singapura, passando pela Malásia, o chefe da diplomacia angolana, manteve encontros com a Presidente da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), Sadako Ogata, com o Secretário-Geral do Partido Democrático do Japão (PDJ, partido no poder), e com o Presidente da Associação de Amizade Parlamentar Japão-União Africana, Yoshiro Mori, antigo Primeiro-Ministro japonês.

George Chikoty encontrou-se ainda com o Director do Banco do Japão para a Cooperação Internacional (JBIC) e com a Comissão para a África sub-sahariana da Nippon Keidanren (Federação Económica



do Japão) assim como uma visita aos estúdios da Cadeia de Televisão Pública do Japão (NHK), que nos últimos três meses exibiu vários programas sobre a nova fase de reconstrução de Angola.

Para além da aposta nestes novos parceiros, Angola continua interessada em manter e reforçar as suas ligações com a China. Nesse sentido, as autoridades angolanas e chinesas pretendem, durante 2011, consolidar e reforçar a cooperação nas áreas financeira, das telecomunicações e construção civil, de forma a expandir o programa de reconstrução nacional.

A informação foi avançada pelo embaixador angolano na China, João Manuel Bernardo, à margem do IV Conselho Consultivo Alargado do Ministério das Relações Exteriores (MIREX), que teve lugar em Fevereiro em Luanda. O Conselho Consultivo reuniu-se com o objectivo de analisar as linhas mestras da política externa angolana, reunindo para tal embaixadores, responsáveis de missões de Angola no exterior, entre outros quadros seniores do MIREX.

Para as autoridades angolanas, a parceria com a China é benéfica para Angola porque permite ao Governo angolano continuar fortemente envolvido no projecto de reconstrução de Angola. Só o ano passado, as trocas comerciais entre Angola e a China atingiram os 24,81 mil milhões de USD. Desde 2003, a China apoiou com 14,5 mil milhões de USD os projectos de reconstrução e relançamento da economia angolana. A presença chinesa em Angola é cada vez mais visível, que ao nível de empresas, estatais e privadas, quer ao nível de expatriados, os quais deverão já ascender a 70 mil.

Com vista a aprofundar ainda mais este relacionamento, deslocou-se, em Março, a Luanda, o Vice-Primeiro-Ministro chinês, Wang Qishan. Esta visita serviu não só para analisar diversos aspectos ligados ao reforço das relações de cooperação entre os dois países, mas também para a assinatura de novos instrumentos de cooperação, nomeadamente cinco novos instrumentos jurídicos para incrementar a cooperação, com destaque para os acordos nos domínios económico, técnico e financeiro.

Nesse sentido, o Banco de Desenvolvimento da China emprestará, a curto prazo, ao Estado angolano 2.5 mil milhões de USD destinados ao sector agrário, reabilitação de infra-estruturas rodoviárias, pontes e construção de casas sociais. Só no ano passado, as trocas comerciais entre Angola e a China atingiram 24,81 mil milhões

de dólares. Quanto ao financiamento concedido para projectos de reconstrução e relançamento da economia angolana, desde 2003, dados oficiais apontam para 14,5 mil milhões de dólares. Face aos resultados de crescimento económico que o país tem alcançado desde o fim da guerra civil, o Governo Angolano está convencido que o país poderá, dentro de um ano ou dois, deixar de integrar o grupo de Países Menos Avançados (PMA). Segundo o Ministro das Relações Exteriores, Georges Chikoty, este objectivo poderá tornar-se real devido aos grandes investimentos do Executivo nos sectores da Saúde e Educação.

Georges Chikoty fez a previsão na sequência da sua participação na Conferência Ministerial dos Países Menos Avançados (PMA), realizada recentemente em Nova Deli, na Índia.

Missão de Angola chega a Bissau

Angola tem vindo a assumir um papel cada vez mais interventivo na Guiné-Bissau. Esta decisão de Luanda prende-se com os seus objectivos de política externa, os quais, e uma vez consolidada a situação interna, pretendem expandir o seu poder para diversas áreas de influência, nomeadamente a África Austral e os Países africanos lusófonos. É nesse sentido que deve ser entendida a sua política em relação à Guiné-Bissau.

Esta intervenção angolana na Guiné, assume especial importância devido ao momento em que se realiza. Recorde-se que a situação na Guiné assenta num delicado equilíbrio fruto dos acontecimentos militares de 1 de Abril de 2010 que levaram à destituição do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, e o controlo das Forças Armadas por elementos que têm sido acusados de conivência com o narcotráfico, nomeadamente o General António Indjai e o Chefe da Armada, o Contra-Almirante Bubo Na Tchuto.

Fase a esta situação de indefinição, a União Europeia, que mantinha na Guiné uma missão destinada à Reforma do Sector da Segurança, retirou o apoio e ameaçou com aplicação de sanções ao país. A posição da UE só não foi mais dura porque Portugal desenvolveu uma série de esforços diplomáticos para suavizar esta posição. De qualquer



das maneiras, a Comissão Europeia propôs aos Estados-Membros a abertura de consultas com a Guiné-Bissau. Esta iniciativa, que se baseia no artigo 96.º do Acordo de Cotonu celebrado entre a UE e 76 países da África, das Caraíbas e do Pacífico, traduz a inquietude suscitada pela situação na Guiné-Bissau em termos de respeito dos princípios democráticos e do Estado de direito.

O artigo 96.º do Acordo de Cotonu prevê, nomeadamente, que se uma das Partes considerar que a outra não cumpriu uma obrigação decorrente do respeito pelos direitos humanos, dos princípios democráticos e do Estado de Direito, a situação deve ser objecto de uma análise aprofundada a fim de encontrar uma solução aceitável pelas Partes no Acordo. Para o efeito, convidará a outra Parte a proceder a consultas, a fim de examinar a situação de forma conjunta, aprofundada e construtiva e permitir à parte em questão tomar as medidas adequadas para remediar a situação.

Perante este cenário, Angola decidiu apoiar as autoridades guineenses no processo de reforma do sector da segurança, considerado a origem da permanente instabilidade no país. Neste sentido, o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, submeteu, em Janeiro, ao MPLA, a sua política de apoio à estabilização da Guiné-Bissau, já aprovada pelo Governo, incluindo a afectação de fundos.

Esta política do Presidente angolano não escapou a algumas críticas internas, as quais não compreendem como é que podem ser gastos fundos com o plano de reforma e reestruturação das forças armadas guineenses, ao mesmo tempo que não são solucionados problemas dentro das forças armadas angolanas.

Apesar destas críticas, a Missão de Segurança de Angola na Guiné-Bissau (MISANG) chegou à Guiné em Março, foi formalmente apresentada no dia 21 de Março numa cerimónia realizada no antigo hotel Bissau Palace, onde está instalada a unidade numa cerimónia realizada no antigo Hotel Bissau Palace, o qual passou a ser o quartel general da Missão.

A cerimónia foi testemunhada por uma delegação angolana, chefiada pelo Ministro da Defesa angolano, Cândido Pereira Van-Dúnem, e integrou a Ministra da Comunicação Social, Carolina Cerqueira, o Secretário de Estado das Relações Exteriores, Manuel Augusto, e o Chefe de Estado-Maior General adjunto, Egídio Sousa e Santos.

Segundo o Ministro da Defesa angolano, a missão tem o objectivo de, conjuntamente com as autoridades guineenses e enquanto assim for o seu desejo, prestar assistência nos domínios da Defesa, para ajudar a organizar as forças armadas.

O Ministro da Defesa da Guiné-Bissau, Aristides Ocante da Silva, disse esperar que a presença da missão angolana possa contribuir para os esforços que o seu país está a fazer para a reestruturação e modernização das Forças Armadas.

A MISANG começou a ser instalada em Janeiro deste ano, na sequência de um protocolo de assistência técnica e militar assinado entre os Governos dos dois países em Setembro do ano passado, em Luanda.

O protocolo prevê que Angola vai conceder apoios à Guiné-Bissau na vertente da assistência técnica e militar às Forças Armadas, em tudo que concerne à logística, meios de aquartelamento, telecomunicações, saúde militar, bem como a componente policial.

A esse propósito, o Ministro da Defesa guineense sublinhou que a experiência angolana pode resultar em benefícios importantes que vão contribuir para que a Guiné-Bissau possa ter forças armadas realmente reestruturadas e modernas. O processo inclui uma redução dos efectivos das Forças Armadas e a sua melhor distribuição em função dos ramos, de acordo com Aristides Ocante da Silva.

A MISANG terá a duração de dois anos, mas pode ser alargada, em função do acordo assinado entre os dois países. A chefia da Missão estará a cargo do Tenente-General angolano Gildo Carvalho dos Santos.

A Missão, composta por 200 militares, tem um carácter técnico, com funções de assessoria para suportar as acções que as Forças Armadas da Guiné-Bissau vão desenvolver no âmbito da sua reestruturação. Entre as atribuições da missão consta a intervenção nas infra-estruturas, que inclui a reparação dos principais quartéis das forças armadas guineenses, incluindo um centro de instrução para formação dos militares guineenses.



O chefe da delegação angolana disse esperar uma estreita cooperação e conjugação de sinergias entre a Missão Militar Angolana e a Missão Conjunta CEDEAO-CPLP, indicando que a missão angolana está aberta à coordenação com todos os interlocutores bilaterais e multilaterais que estejam no terreno.

O Presidente da Guiné-Bissau, Malam Bacai Sanha, agradeceu às autoridades angolanas pela disponibilidade e apoio na estabilidade do seu país, particularmente para o processo de reforma do sector de Defesa e Segurança.

Considerou que o acto marca o aprofundar das relações que distam dos primórdios da luta de libertação nacional nos dois países contra o regime colonial português e ilustra a determinação dos dois estados em trabalhar para o processo de reforma do sector de defesa e segurança da Guiné, como condição sine qua non para a construção do progresso e bem-estar do país.

Disse que a Guiné tem consciência da dimensão do trabalho a ser realizado, daí a importância de associar outros parceiros internacionais como a CEDEAO, União Africana, União Europeia, CPLP e Nações Unidas.

Por fim, encorajou as Forças Armadas a aproveitarem ao máximo a experiência dos seus homólogos angolanos para poderem aplicá-la no processo de reformas.

O representante do Secretário-Geral das Nações Unidas na Guiné-Bissau, Joseph Mutaboba, disse aos jornalistas que o arranque da missão angolana traz optimismo na aplicação das reformas no sector de defesa e segurança da Guiné-Bissau, esperando que Angola seja o primeiro parceiro a dar apoio a esse processo de reformas, espero que outros parceiros se juntem a ele.

O Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, referiu que a instalação da missão angolana na Guiné-Bissau abre a possibilidade a uma nova fase de esperança para a Guiné-Bissau. Domingos Simões Pereira declarou que a presença da missão angolana é uma demonstração clara de que a solidariedade, a amizade e a proximidade entre os povos é colocada acima dos cálculos economicistas.

O representante da CEDEAO na Guiné-Bissau, Hamet Sidibe, saudou o arranque da missão angolana e garantiu que a organização está a trabalhar juntamente com a CPLP nos esforços de estabilização da situação política neste país.

Outro diplomata que falou da importância da missão foi o embaixador da Nigéria, país que preside actualmente a CEDEAO, Godwin Agamah, que se manifestou esperançado na concretização da paz e estabilidade da Guiné-Bissau.

Cimeira da CEDEAO

Durante a 39.^a Cimeira da Comunidade de Desenvolvimento Económico da África Ocidental (CEDEAO), que decorreu a 23 e 24 de Março em Abuja (Nigéria), Cabo Verde desenvolveu uma série de esforços diplomáticos com o objectivo de assumir a presidência desta organização.

O processo iniciou-se em finais de 2010, quando o Comité ad-hoc da CEDEAO apresentou uma proposta para que Cabo Verde assumisse o cargo de Presidente da Comissão da CEDEAO, actualmente nas mãos de James Victor Gbeho, o antigo chefe da diplomacia do Gana, que substituiu provisoriamente o seu compatriota Mohamed Ibn Chambas em Novembro de 2009.

Na proposta, foi avançado o nome do então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, José Brito, que entretanto com a entrada em funções do novo governo cabo-verdiano, cessou funções. José Brito, admitiu estar disponível para assumir a presidência da Comissão da CEDEAO, caso os líderes da comunidade ratifiquem a posição do Comité ad hoc. Esta posição foi defendida na Cimeira da CEDEAO pelos representantes cabo-verdianos, nomeadamente, o Presidente Pedro Pires, e pelo novo ministro das Relações Exteriores cabo-verdiano, Jorge Borges, ex-Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

A intenção foi lançada na última Cimeira da organização, que de-

correu na Ilha do Sal, em Cabo Verde, a 2 e 3 de Julho de 2010, em que o Governo e a diplomacia cabo-verdianas pediram para assumir o cargo, depois de terem perdido para Mohamed Ibn Chambas a Secretaria-Geral do Grupo África, Caraíbas e Pacífico (ACP), em Novembro de 2009.

Nesta altura, Chambas era, desde 2007, o Presidente da Comissão da CEDEAO e concorreu a Secretário-Geral do Grupo ACP, derrotando Fernando Wahnon Ferreira, na altura embaixador de Cabo Verde em Bruxelas.

Para além da questão da presidência, a Cimeira da CEDEAO também teve como tema central a crise político-militar na Costa do Marfim, onde se procurou novos instrumentos de mediação que deixassem de fora a utilização da via armada. Da agenda também constou a análise à eventual readmissão do Níger e da Guiné Conacri como membros de pleno direito, suspensos em 2009 e 2010 devidos a roturas nos respectivos sistemas constitucionais.

A Cimeira da CEDEAO acabou por escolher a Nigéria para continuar na presidência da organização. Nenhum dos 15 países que integram a CEDEAO ocupou a presidência em três mandatos consecutivos, desde a fundação, em 1975. Segundo os estatutos, os Estados membros são eleitos para a Presidência para um período de um ano, prorrogável por mais um.

A Nigéria foi eleita para presidir à CEDEAO pela primeira vez em 2008, quando o Chefe de Estado era Umaru Yar'adua. A morte de Yar'adua em Maio de 2010, conduziu à sua substituição pelo seu vice-presidente e actual Chefe de Estado, Goodluck Jonathan.

O actual Presidente da Comissão da CEDEAO, o ganhês James Victor Gbeho, manter-se-á no exercício do cargo até 31 de Dezembro de 2011. A posição de consenso que Cabo Verde procurou para eleger o seu candidato, falhou por falta de apoio de alguns países, nomeadamente do Senegal.

Tendo falhado o seu objectivo, José Brito foi nomeado pela União Africana como alto representante da organização para a Costa do Marfim, encarregado de organizar negociações entre as partes conflituantes para pôr termo à mortífera crise pós-eleitoral. Mas, o reconhecido pela maioria da comunidade internacional, com o novo Presidente da Costa do Marfim, Alassane Ouattara, rejeitou de imediato o nome de José Brito argumentando que o ex-MNE de Cabo Verde mantém relações pessoais com Laurent Gbagbo.

Além de Cabo Verde, integram a CEDEAO outros 12 Estados: Guiné-Bissau, Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Libéria, Mali, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Se forem aprovadas as readmissões da Guiné Conacri e Níger, a CEDEAO voltará a contar com 15 membros.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsáveis pela edição

J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação

Porta de Comunicação

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05